



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 98/X/4.^a

Aos nove dias do mês de Junho do ano dois mil e nove reuniu, pelas onze horas e vinte minutos, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 96 e 97;
2. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)** - Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - Deputado autor do parecer: Adão Silva (PSD);
3. Nomeação de Deputado autor de parecer para a seguinte iniciativa:
 - **Projecto de Lei n.º 794/X (CDS-PP)** - Alteração ao Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, de modo a permitir a acumulação da pensão social por invalidez com rendimentos de trabalho, (PSD);
4. Discussão e votação na especialidade do Texto Final do **Projecto de Lei n.º 372/X (PSD)** - Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica;
5. **Audições no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)** - Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social:

12H00 - CIP - Confederação das Indústrias Portuguesas;

15H00 - CCP - Confederação de Comércio e Serviços de Portugal;

16H00 - CTP - Confederação do Turismo Português;

17H00 - CAP - Confederação Agricultores de Portugal.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação as Actas números noventa e seis e noventa e sete, que foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto dois da Ordem de Trabalhos, em virtude de o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) não se encontrar presente, o Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 270/X (GOV) - Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) pediu a palavra para deixar exposto que o PCP não concorda com as conclusões apresentadas no sentido de a proposta de lei estar em condições de subir a Plenário na medida em que o Governo não apresentou os estudos a que, regimentalmente, estava obrigado, apesar de instado por diversas vezes.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) retorquiu que o Governo tinha entregado documentação posteriormente à aprovação de um requerimento apresentado pelo PCP.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) fez notar que as sete páginas remetidas pelo Governo não constituem a avaliação do impacto que se pretendia, razão pela qual mantém a afirmação feita.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) lembrou que a documentação remetida pelo Governo foi a que lhe serviu de base, embora admita que não fosse a que se pretendia.

De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do PCP e a abstenção do BE.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, do Projecto de Lei n.º 794/X (CDS-PP) foi nomeado autor do parecer o Deputado Adão Silva (PSD). Foram igualmente nomeados autores dos pareceres do Projecto de Lei n.º 781/X (PS) – Conselhos de Empresa Europeus e da Proposta de Lei n.º 284/X (GOV) – Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, os Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Teresa Morais Sarmento (PS), respectivamente. No que diz respeito à Proposta de Lei n.º 282/X (GOV), em vez do Deputado Arménio Santos, que tinha sido designado autor do parecer em 2 de Junho de 2009, passou a ser o Deputado Miguel Santos e à Proposta de Lei n.º 283/X (GOV), em vez do Deputado Pedro Quartin Graça, que tinha sido designado autor do parecer em 26 de Maio de 2009, passou a ser o Deputado Arménio Santos.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) deu conta das objecções que o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) lhe tinha feito chegar por escrito, a saber: relativamente aos artigos 6.º e 7.º, saber se a protecção na parentalidade protege ou não os trabalhadores independentes e os pequenos empresários. A Senhora Deputada, relevando que aquela preocupação não constava da versão inicial do projecto de lei apresentado pelo PSD, confirmou que quer os trabalhadores independentes quer os pequenos empresários estão abrangidos no regime aprovado de protecção na parentalidade. Prosseguiu dizendo que outra objecção tinha a ver com o artigo 9.º, designadamente no que diz respeito à referência aos 20 Km.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) propôs que aquele ponto da Ordem de Trabalhos transitasse para a reunião da próxima semana porque o PSD só da parte da tarde, que está reservada para audições no âmbito da PPL n.º 270/X (GOV), é que estaria em condições de se pronunciar sobre o assunto.

O Senhor Presidente sugeriu igualmente que o grupo de trabalho constituído no âmbito do Projecto de Lei n.º 372/X (PSD) considerasse a possibilidade de alargar o prazo de regulamentação da lei constante do artigo 16.º.

De seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião por vinte minutos, a qual foi retomada pelas 12 horas.

O Senhor Presidente retomou então o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, agradecendo a presença da delegação da CIP, integrada pelo Eng. Francisco van Zeller, pelo Dr. Gregório Rocha Novo e pelo Dr. Luís Henrique, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

A presente reunião foi gravada em suporte áudio, estará disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

De seguida, deu a palavra ao Presidente da CIP, Eng. Francisco van Zeller, para uma intervenção inicial sobre a Proposta de Lei n.º 270/X, aproveitando para esclarecer que, no



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

final, faria entrega daquele documento síntese, sem prejuízo de posteriormente ser remetido à Comissão o contributo da CIP.

Após esta intervenção, teve lugar um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Arménio Santos (PSD), Maria José Gamboa (PS), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE), os quais foram respondidos individualmente.

Concluída esta audição, o Senhor Presidente interrompeu a reunião pelas treze horas, anunciando que a mesma seria retomada pelas quinze horas.

O Senhor Presidente retomou então o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, agradecendo a presença da delegação da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP), que era composta pelo Sr. Vice-Presidente Eng.º João Vieira Lopes e pelo Sr. Dr. Luís Brás, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. Esta audição foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

O Eng.º João Vieira Lopes tomou então a palavra para uma exposição inicial sobre a Proposta de Lei n.º 270/X, referindo que a mesma se encontrava desenvolvida no contributo escrito que entregou à Comissão. Após esta intervenção, teve lugar um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Martin Graça (PSD), Maria José Gamboa (PS) e Jorge Machado (PCP), os quais foram respondidos pelo Eng.º João Vieira Lopes.

Como o Senhor Presidente da Comissão se ausentou, devido à Conferência de Presidentes a decorrer à mesma hora, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Jorge Machado (PCP), que encerrou a audição renovando os agradecimentos pela presença e contributos da CCP.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, iniciou a audição seguinte, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, agradecendo a presença da Senhora Secretária-Geral da Confederação do Turismo Português (CTP), Dr.ª



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Adília Lisboa. Sendo a presente audição gravada em suporte áudio e, nesta medida, estando disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensa-se o seu desenvolvimento nesta sede.

A Dr.ª Adília Lisboa começou por entregar um contributo escrito da CTP, no qual se encontra plasmada a posição da Confederação sobre esta iniciativa legislativa. De seguida teceu algumas considerações sobre alguns dos pontos, que no entender da CTP, são mais relevantes.

De seguida, iniciou-se uma ronda de pedidos de esclarecimentos, tendo usado da palavra os Senhores Deputados Pedro Quartin Graça (PSD), Maria José Gamboa (PS) e Jorge Machado (PCP). A representante da CTP aproveitou para prestar os devidos esclarecimentos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Vice-Presidente deu por concluída a audição, agradecendo a presença da Dr.ª Adília Lisboa, em representação da CTP.

De seguida, iniciou-se a última audição da tarde, na qual o Senhor Vice-Presidente, Deputado Jorge Machado (PCP), deu as boas-vindas à delegação da Confederação de Agricultores de Portugal, que se fez representar pela Dr.ª Cristina Nagy Morais e pela Dr.ª Cristina Pena e Silva. Esta audição também foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Tomou a palavra a Dr.ª Cristina Nagy Morais, que começou por solicitar a melhor compreensão dos Senhores Deputados pela ausência do Presidente da CAP, que não pode estar presente pois encontrava-se na Feira Nacional de Agricultura a receber o Senhor Presidente da República, que nesse dia a visitava. Após este ponto prévio, entregou ao Senhor Vice-Presidente o contributo escrito da CAP em relação à Proposta de Lei n.º 270/X e teceu um conjunto de considerações sobre o regime relativo aos trabalhadores por conta de outrem.

De seguida, passou a palavra à Dr.ª Cristina Pena e Silva, que comentou o regime proposto para os trabalhadores independentes. Entretanto, o Senhor Presidente da Comissão regressou e reassumiu a presidência da reunião.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Após as intervenções das representantes da CAP, tomaram a palavra os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Maria José Gamboa (PS) e Miguel Queiroz (PSD) para solicitarem esclarecimentos, que foram de seguida prestados pela Dr.ª Cristina Nagy Morais.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo a presença das representantes da CAP.

Antes de concluir a reunião, o Senhor Presidente da Comissão informou que se encontram presentemente na Comissão, quatro petições com mais de 4000 assinaturas, que convinha serem relatadas com alguma brevidade, dada aproximação do final da sessão legislativa e estas terem, por força da lei, de serem discutidas em plenário.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para colocar à consideração dos membros da Comissão da necessidade ou não de encetar mais audições no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 270/X, nomeadamente, a organização FERVE (Fartos/as d'Estes Recibos Verdes), Mutualidades, CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade), União das Misericórdias, ConfeCoop (Confederação Cooperativa Portuguesa), entre outras. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) concordou com a ideia e referiu que seria importante ouvir também a CNA – Confederação Nacional de Agricultores e uma ou duas associações representativas do sector das pescas. O Senhor Presidente da Comissão sugeriu então que fosse agendada para a próxima reunião a apreciação das audições a realizar.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezassete horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de Junho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Helena Oliveira
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Sónia Fertuzinhos
Teresa Moraes Sarmento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Maria Cidália Faustino
Miguel Santos